

# COMO VOCÊ QUER QUE EU TE CHAME: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM FORMAÇÃO DE FORMADORES

Chiara Maria Fernandes da Silva (UEMA)  
chiaramfs@hotmail.com

Luciana Mesquita Nunes Santos Nascimento (UEMA)  
adv.lucianamesquita@gmail.com

Hilberlene Barbosa Santos Rodrigues (UEMA)  
hilberlene2008@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo, apresentado ao XXXI Simpósio de Política e Administração da Educação da ANPAE tem o objetivo de compartilhar práticas desenvolvidas no âmbito do Estágio Supervisionado obrigatório denominado “Estágio em Formação de Formadores” no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Tal experiência se constitui como uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar/MA, que buscou de forma colaborativa contribuir com a problemática social acerca do uso do nome social como direito na educação básica, a partir do que estabelece a legislação, obedecendo o princípio da dialogicidade.

Este esforço culminou no encontro formativo intitulado "Diálogos e Formação: o nome social na escola como garantia de direito e inclusão de pessoas". [SP1] Dessa forma, este estudo apresenta como núcleo discursivo central os Planos Educacionais, com ênfase no eixo Educação, desigualdades, direitos humanos, diversidade e inclusão.

## 2. COMO VOCÊ QUER QUE EU TE CHAME: um relato de experiência

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, conforme delineado no art. 2º, inciso III, destaca, como diretrizes para a educação pública básica, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Está atento às questões sociais que afetam a escola, e instigar discussões que possam induzir a comunidade escolar à reflexão sobre as condições do seu espaço formativo e poder promover mudanças, visando a garantia dos direitos dos sujeitos ainda em formação é de grande importância. [SP2]

O Estágio de Formação de Formadores configura-se como um componente curricular do programa de Pedagogia da UFMA que contribui para o desenvolvimento de competências didático-pedagógicas dos futuros docentes em formação. Essa abordagem é fundamentada em uma dinâmica dialógica, conforme proposto por Soligo (2015), e do desenvolvimento colaborativo de experiências, conforme delineado por Boavida (2002).

A experiência do estágio de formação de formadores, [SP3]proporciona uma oportunidade para aproximar a teoria e a prática, ao permitir a compreensão mais aprofundada do ambiente escolar, através da participação de profissionais atuantes na educação básica. Dessa forma, o intuito da formação de formadores, configura-se como dispositivo de formação inicial e continuada, pois contém um espaço estratégico que revela significado, inspira aprendizagem e novas formas de relacionamento e mudança organizacional (Paixão, 2019).

Diante disso, a escolha de abordar a problemática relacionada ao “o uso do nome social na escola” durante as atividades de estágio originou-se a partir de relatos compartilhados por gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos. Estes profissionais destacaram os desafios resultantes da escassez de conhecimento sobre a temática e da presença na discriminação entre os colegas. Os depoimentos evidenciaram que o direito ao nome social tem sido negado por membros da comunidade escolar, incluindo familiares, professores e alunos.

Após a identificação desses desafios, a docente responsável pela disciplina de Estágio supervisionado da UFMA, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Socorro Estrela Paixão, em colaboração com os(as) alunos(as) de graduação do curso de Pedagogia e em parceria com três mestrandas do Mestrado Profissional da UEMA, deliberaram conduzir o estágio supervisionado a partir dessa temática.

As atividades do estágio supervisionado foram planejadas para realização de um encontro formativo, que proporcionou a abertura de diálogos acerca da legislação que fundamenta o direito ao uso do nome social. Este processo envolveu reflexões sobre as práticas vivenciadas no contexto escolar, que culminou na realização de um seminário de acesso público educacional. Para efetivar o encontro formativo, foram implementadas distintas etapas, englobando o planejamento, a organização e a execução do referido evento. A seguir, apresentamos uma descrição detalhada de cada uma das etapas seguidas:

- I. **Reunião para elaboração da proposta:** Nessa etapa, foram definidos os objetivos, o tema central, as temáticas dos diálogos e formações, bem como as diretrizes gerais do Seminário.

- II. **Levantamento dos documentos e literatura bibliográfica:** Fase destinada para revisão literária e documental sobre a temática “direito ao uso do nome social na escola”.
- III. **Reunião para estabelecimento de parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar-MA:** Com o propósito de alcançar gestores, professores, coordenadores e a comunidade local, estabeleceu-se parceria com o município, através de um reunião utilizando a plataforma google meet.
- IV. **Criação do site do evento:** Com o objetivo de ampliar a divulgação e o acesso às informações sobre o diálogo e formação, foi desenvolvido um site do evento. Esse site apresentava detalhes sobre o programa, informações dos palestrantes, instruções de inscrição e outros dados relevantes.
- V. **Divulgação e gerenciamento das inscrições:** Para ampla divulgação do evento utilizou-se diversos canais de comunicação, como redes sociais e e-mails. Realizou-se ainda, gerenciamento das inscrições para garantir participação dos interessados.
- VI. **Realização das Formações:** As formações foram divididas em dois momentos, e as graduandas foram divididas em grupo. Cada grupo assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento de um tema, enquanto as mestrandas prestavam apoio em todas as etapas de construção do evento.
- VII. **Seminário:** Realizado em 29 de novembro de 2023, no auditório do Centro de Ciências sociais da UFMA, em São Luís do Maranhão. As apresentações seguiram o cronograma previamente estabelecido. Este momento contou com a presença do Prof. Dr. Jackson Ronnie Sá da Silva, estudioso e especialista em questões de gêneros.

### 3. **CONCLUSÃO**[SP4]

Com base nos preceitos consubstanciados no arcabouço normativo nacional, em consonância com a Constituição Federal de 1988, conclui-se que todos os cidadãos brasileiros detêm direitos iguais, abrangendo, entre eles, o direito à utilização do nome social, fundamentados no princípio da dignidade da pessoa humana. Somente por intermédio de um sistema educacional fundamentada no respeito às diversidades e nos direitos humanos é possível viabilizar uma mudança paradigma capaz de efetivamente catalisar transformações sociais.

Dessa forma, ressalta-se que o estágio supervisionado da UFMA, desempenha de maneira exitosa seu papel como componente curricular na formação de formadores. Através de suas atividades acadêmicas e intervenções, pautados no princípio da formação humana, o

estágio compromete-se com a garantia do direito à educação para todos, independentemente de suas identidades, contribuindo assim para a formação de profissionais engajados com a equidade e justiça social.

## **REFERÊNCIAS**

BOAVIDA. A.M&Ponte, J.P.(2002). **Investigação colaborativa: Potencialidades e problemas.** In GTI (org.), Refletir e investigar sobre a prática profissional (pp. 43-55). Lisboa: APM.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas/Senado Federal, 1988.

PAIXÃO. Maria do Socorro Estrela. **Formação Colaborativa no cotidiano do estágio.** Capítulo extraído do livro "Cotidiano educacionais: fazeres imagens e formação docente. ISBN: 978-85-5182113-8; Ed. Autobiografia, 2019

SOLIGO, Rosaura. **Metodologias dialógicas de formação.** VII Fala escola. GEPEC- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada: UNICAMP, 2015.